



EDITAL 004/2022

II PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

O **DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o **I PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**, resolve:

Art. 1º - **DIVULGAR o GABARITO DEFINITIVO do II PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**, conforme **ANEXO I** do edital.

Art. 2º - **DIVULGAR os RECURSOS DEFERIDOS/INDEFERIDOS**, conforme **ANEXO II** do presente edital.

Art. 3º - **DIVULGAR o espelho da prova dissertativa**, conforme **ANEXO III** do presente edital.

Art. 4º - **DIVULGAR o RESULTADO PRELIMINAR** da prova dissertativa, conforme listas anexas.

Art. 5º - **INFORMAR** que os recursos em face do **RESULTADO DA PROVA DISSERTATIVA** deverão ser interpostos eletronicamente, nos dias 30/05/2022 e 31/05/2022, unicamente através do formulário acessível no endereço <https://forms.gle/2YckVLofcdSo1YRYA>, conforme Edital de Abertura.

Parágrafo primeiro. Não serão aceitos recursos encaminhados por qualquer outra forma, devendo ser digitados e fundamentados em argumentação lógica e consistente.

Parágrafo segundo. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos.

Art. 6º - O presente Edital será **PUBLICADO** no site da DPE/MA.

São Luís, 30 de maio de 2022.

ALBERTO PESSOA BASTOS
Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão





ANEXO I

Prova Direito Pós Graduação			
1 S			
		Sobre o instituto Usucapião Urbano, marque a assertiva INCORRETA:	
	+	1	Esse direito pode ser reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
		2	Aquele que possuir como sua área urbana até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
		3	A destinação de parte do imóvel residencial para fins comerciais não impede o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre a totalidade da área.
		4	O instituto do usucapião urbano também se aplica a apartamentos em condomínios residenciais.
2 S			
		Mário convence Juliana, estagiária de Direito da Defensoria Pública, a valer-se da facilidade proporcionada pela função exercida e autorizar seu acesso à sede da Instituição. Mário e Juliana ingressam no prédio, utilizando a digital da estagiária, e subtraem uma impressora e um notebook da recepção. Conforme o exposto:	
		1	Mário e Juliana responderão por peculato, uma vez que é irrelevante a condição de funcionário público para a caracterização do delito.
	+	2	Mário e Juliana responderão pelo delito de peculato, uma vez que a condição de funcionário público do agente corresponde a circunstância inerente ao tipo penal, que se comunica ao extraneus.
		3	Para fins penais, Juliana não pode ser considerada funcionária pública.
		4	Somente Juliana responderá pelo delito de peculato, por se tratar de delito próprio. Mário responderá somente por furto.
3 S			
		Sobre o que dispõe o Código de Processo Civil, marque a alternativa CORRETA:	
	+	1	Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
		2	Em observância ao princípio da paridade das partes, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida em qualquer hipótese.
		3	A cooperação processual e a exigência de comportamento com boa-fé são princípios que se aplicam somente às partes.
		4	O interesse do/a autor/a não pode se limitar à declaração de existência ou inexistência de uma relação jurídica.
4 S			
		Considerando a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, marque a alternativa INCORRETA:	
		1	É constitucional o art. 12-C da Lei Maria da Penha que autoriza, em algumas hipóteses, a aplicação, pela autoridade policial, de medida protetiva de urgência em favor da mulher.
	+	2	Não se aplica a Lei Maria da Penha no caso de violência do neto praticada contra a avó, ainda que constatada situação de vulnerabilidade.
		3	É possível aplicar a suspensão condicional da pena aos crimes e às contravenções penais praticados em contexto de violência doméstica.
		4	Não cabe o arbitramento de aluguel em desfavor da coproprietária vítima de violência doméstica, que, em razão de medida protetiva de urgência decretada judicialmente, detém o uso e gozo exclusivo do imóvel de cotitularidade do agressor.
5 S			
		Quanto aos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, é correto afirmar que	
	+	1	O crime de injúria racial é imprescritível.
		2	O racismo se trata de crime de ação penal pública condicionada à representação da vítima.
		3	A Lei nº 7.716/1989 prevê a modalidade culposa dos crimes ali dispostos;
		4	A incitação ao ódio público contra quaisquer denominações religiosas está protegida pela cláusula constitucional que assegura a liberdade de expressão e é inerente à prática religiosa;
6 S			
		Sobre as relações de consumo, marque a alternativa CORRETA:	
	+	1	É vedada, na publicidade comercial, a comparação que não tem suporte em dados comprováveis, porque viola o direito do consumidor a receber informação correta e verdadeira sobre o produto ou serviço comparado.
		2	Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem subsidiariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor;
		3	O Consumidor é somente a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário intermediário ou final;





Defensoria Pública do Estado do Maranhão

	4	E proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, ainda que a chamada seja gratuita ao consumidor.				
7 S						





	1	Segundo o STF, a compreensão de que as práticas homofóbicas configuram racismo social não ofendem a liberdade religiosa, que é consagrada constitucionalmente.
	2	O direito dos transexuais à retificação do prenome e do sexo/gênero no registro civil não é condicionado à exigência de realização da cirurgia de transgenitalização.
+	3	A alteração de prenome do transgênero deve ser realizada exclusivamente pela via judicial, por se tratar de alteração de registro público;
	4	O Supremo Tribunal Federal reconhece como válida e com os efeitos de entidade familiar a união estável entre pessoas do mesmo sexo, de modo os cartórios do Brasil não poderão recusar a celebração de casamentos civis de casais do mesmo sexo, ou deixar de converter em casamento união estável homoafetiva.

85

	1	A existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
+	2	Falta de justa causa para o exercício da ação penal;
	3	Que o fato narrado evidentemente não constitui crime
	4	Extinta a punibilidade do agente;

9 S

+	1	Apos a citação, João terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar resposta a Ação de Alimentos Gravidicos.
	2	Nenhuma das alternativas anteriores.
	3	Os alimentos gravidicos serão concedidos se Maria comprovar a existência de uma relação estável ou casamento com João, uma vez que a presunção de paternidade somente se aplica nessas hipóteses;
	4	Após o nascimento da criança, o pagamento dos alimentos gravidicos é automaticamente suspenso e Maria deve retornar à Defensoria Pública para dar entrada em um Ação de Alimentos;

10 S

	1	O princípio da insignificância é causa supra legal extintiva da tipicidade;
	2	A jurisprudência brasileira admite a aplicação do princípio da insignificância aos atos infracionais;
+	3	A apreensão de pequenas quantidades de munição, desacompanhadas da arma, afasta a aplicação do princípio da insignificância.
	4	Para a incidência do Princípio da Insignificância, a conduta do agente deve estar acompanhada dos seguintes elementos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade da conduta e inexpressividade da lesão jurídica provocada;

IIS

	1	Impetrar um Mandado de Segurança, ante a violação de direito líquido e certo da Autora ao benefício da justiça gratuita;
+	2	Interpor Agravo de Instrumento em face da decisão interlocutória proferida pelo juiz;
	3	Aguardar até que seja proferida a sentença, pois o indeferimento de justiça gratuita somente pode ser impugnado como preliminar em apelação.
	4	Cabe tão somente peticionar requerendo a reconsideração da decisão, ante a inexistência de recurso típico para impugnação desta decisão.

12 S

	1	Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de sessenta anos.
	2	O simples fato de que o agente ser reincidente faz com que ele perca o direito à prisão domiciliar
	3	A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência poderá ser substituída por prisão domiciliar, mesmo quando houver cometido crime com violência.
+	4	A prisão domiciliar para mulheres é extensiva aos homens, desde que cumpridos os requisitos da medida cautelar de prisão domiciliar e outras condicionantes:

13 S

	1	Nenhuma das alternativas anteriores.
+	2	É inválido o reconhecimento pessoal realizado em desacordo com o modelo do art. 226 do CPP, o que implica a impossibilidade de seu uso para <u>lastrear juízo de certeza da autoria do crime, mesmo que de forma suplementar.</u>
	3	No caso de reconhecimento de objeto não se aplicam as cautelas previstas para o reconhecimento pessoal.
	4	O reconhecimento fotográfico de pessoas, desde que obedecidas as formalidades do Código de Processo Penal, pode servir como prova em ação penal.

14 S



Defensoria Pública do Estado do Maranhão

		Pedro tem interesse em ingressar na vida política, concorrendo ao cargo de vereador na cidade de Pitomba, Município no qual o seu irmão João é prefeito. Em dúvida sobre a possibilidade de se candidatar, Pedro procura a Defensoria Pública e durante o atendimento narra que (i) não possui condições financeiras para arcar com um advogado particular; (ii) que apesar do vínculo sanguíneo com o irmão, ambos não possuem contato; (iii) que gostaria de saber se sua candidatura é legal. À luz da narrativa de Pedro:
	1	A orientação jurídica a ser dada é que, devido ao vínculo com o prefeito, Pedro é inelegível no Estado em que se encontra o Município de Pitomba.
	2	Não há qualquer impedimento para a candidatura de Pedro, uma vez que ele não mantém um relacionamento de proximidade com o irmão;
+	3	A orientação jurídica a ser dada é que, devido ao vínculo com o prefeito, Pedro é inelegível apenas no Município de Pitomba.
	4	Caso João renuncie ao cargo de prefeito três meses antes das Eleições, Pedro poderá concorrer ao cargo de vereador.

15 S		Acerca das Ações Possessórias no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:
+	1	A propositura de uma ação de Manutenção de Posse em um caso onde deveria ser proposta uma ação de Reintegração de Posse obstará que o Magistrado conheça o pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela.
	2	No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbacão afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias.
	3	Quando determinada a realização de justificação prévia, o prazo para apresentar contestação será contado da intimação da decisão que deferir ou não a medida liminar.
	4	No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.

16 S		Sobre direitos de personalidade, marque a alternativa CORRETA:
	1	Não é admissível o retorno ao nome de solteiro do cônjuge ainda na constância do vínculo conjugal, em observância aos princípios do Direito de Família.
	2	Em caso de "exposição pornográfica não consentida", caso o rosto da vítima não apareça de forma evidente, não há o que se falar em reparação por danos morais.
+	3	É admissível a exclusão de prenome da criança na hipótese em que o pai informou, perante o cartório de registro civil, nome diferente daquele que havia sido consensualmente escolhido pelos genitores.
	4	É possível a declaração de incapacidade absoluta às pessoas com deficiência mental, inapto para gerir sua pessoa e administrar seus bens de modo voluntário e consciente.

17 S		Acerca das garantias e liberdades fundamentais, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa INCORRETA:
	1	E constitucional e não fere a laicidade estatal lei estadual que permite o sacrifício de animais em cultos de religiões de matriz africana.
+	2	É constitucional a imposição legal de exemplares de Bíblias em escolas e bibliotecas públicas estaduais, uma vez que tal previsão não fere a laicidade estatal e à liberdade religiosa consagrada pela Constituição da República de 1988.
	3	O Poder Público pode determinar a vacinação compulsória contra a COVID-19, impondo aos cidadãos que recusem a vacinação medidas restritivas previstas em lei, tais como multa, impedimento de frequentar determinados lugares, fazer matrícula em escola etc.
	4	É inconstitucional lei municipal que proíba a divulgação de material com referência a "ideologia de gênero" nas escolas municipais, uma vez que essa lei contraria ainda um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que é a promoção do bem de todos sem preconceitos.

18 S		Sobre a liberdade de expressão, direito de resposta e o direito ao esquecimento, é incorreto afirmar:
	1	Mesmo após a retratação ou a retificação espontânea pelo veículo de comunicação social, remanesce o direito do suposto ofendido de exercer, em nome próprio, seu alegado direito de resposta.
+	2	As liberdades de imprensa e de comunicação social devem ser exercidas em harmonia com as disposições constitucionais e aos preceitos de permissão do anonimato, vedação de sigilo da fonte, inviolabilidade da intimidade e proibição do discurso de ódio.
	3	O STF julgou ser incompatível com a Constituição Federal de 1988 o direito ao esquecimento, que consiste no poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.
	4	No Brasil, prevalece que o hate speech não é protegido pela ordem constitucional. Isso porque o direito à liberdade de expressão não é absoluto, podendo a pessoa que proferiu o discurso de ódio ser punida, inclusive criminalmente, em caso de abuso.

19 S		Acerca da aplicação da Lei Penal, assinale a alternativa CORRETA:
	1	A lei posterior que, de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que a sentença condenatória não tenha transitado em julgado.
+	2	Segundo o Código Penal, considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
	3	Somente ficam sujeitos à lei brasileira, se o fato for punível também no país onde foi praticado, os crimes praticados no estrangeiro contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
	4	Quanto a aplicação da lei temporária, cessada a criminalização do tipo penal no curso da ação penal, o réu será absolvido com





Defensoria Pública do Estado do Maranhão

		fundamento na abolição criminis.				
20 S						
Conforme a Constituição Federal de 1988 e entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema INTERVENÇÃO:						
I. A Constituição Estadual não pode trazer hipóteses de intervenção estadual diferentes daquelas que são elencadas no art. 35 da Constituição Federal.						
II. O Estado poderá intervir em seus Municípios quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;						
III. É admitida a decretação de intervenção federal por tempo indeterminado.						
Marque a assertiva correspondente:						
	1	Todos os itens estão incorretos.				
	2	Todos os itens estão corretos;				
	3	Apenas o item I está correto;				
+	4	Apenas os itens I e II estão corretos;				

Prova - Psicologia (Pós Graduação)

1 S						
Leia as afirmativas abaixo:						
I. As intervenções previstas no Código de Menores eram aplicáveis a todas as crianças e adolescentes brasileiros, sem favorecimentos e/ou impunidade.						
II. O Código de Menores consagrou a Doutrina de Situação Irregular, legalizou o atendimento que recolhia sem as devidas investigações e sem previsão de soltura de infratores, abandonados e vítimas.						
III. A preocupação na gestão destes classificados como “irregulares” era na padronização no modelo conclamado naquela época. Modelo esse que atravessava toda sociedade, estabelecendo padrões que atendiam interesses econômicos e políticos.						
IV. No código menorista não existia a equação pobreza igual à delinquência, por isso foi amplamente aceito.						
Está correto o que se afirma em:						
	1	III e IV estão corretas				
	2	III está errada				
	3	I e III estão corretas				
+	4	II e III estão corretas				
2 S						
A respeito da Psicologia Jurídica no Brasil, é correto afirmar que:						
	1	As possibilidades de intervenção da psicologia em interface com o direito tem se tornado cada vez mais escassas.				
+	2	É o estudo, dentro da perspectiva psicológica, de condutas complexas e que, de forma atual ou potencial, têm interesse jurídico, de maneira a possibilitar sua descrição, análise, compreensão, crítica e eventual atuação sobre elas, em função do jurídico.				
	3	Em 2010, o Conselho Federal de Psicologia emitiu 03 resoluções específicas para atuação na interface com direito.				
	4	Todas estão erradas.				
3 S						
Regina procurou atendimento psicológico por apresentar traços de ansiedade por conta de alguns conflitos com a namorada, Nina. Ela coloca que a namorada quer casar e tem lhe pressionado para oficializarem a união, contudo diz querer terminar faculdade e só depois pensar em casamento. Apesar de já viverem há seis anos juntas, entende que ainda não é o momento.						
Em relação a casamentos entre LGBTQIA+, analise os itens a seguir e assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso): () Casais com união estável possuem menos direitos que os casais oficialmente casados.						
() Não há validade jurídica para casamentos realizados por religiões de matrizes africanas. () Com relação a casamentos, cada Estado do Brasil possui regulamento próprio.						
() O casamento de um casal LGBTQIA+ só tem validade se ocorrer necessariamente no cartório.						
A partir da análise das afirmativas, a resposta correta é:						
	1	V – V – V – V				
+	2	F – F – F – F				
	3	V – F – V – F				
	4	F – V – V – F				
4 S						
A.C.F, 50 anos, é filha de M.R.C., 82 anos, ambas compareceram ao atendimento no Núcleo do Idoso da Defensoria Pública do Maranhão. A.C.F apresentou, como demanda de atendimento, a interdição da mãe, pois esta, devido a idade avançada, não possuía mais capacidade de autodeterminar-se e/ou administrar seus bens. Informou também que ela deveria ser colocada como pessoa de referência para representar a mãe, pois os outros filhos residiam em outro domicílio e não manifestavam interesse em assumir os cuidados com a idosa. Questionou-se quanto tempo os demais filhos não tinham contato com a genitora e foi informado que desde que a filha e a idosa mudaram a cidade de domicílio (12 meses), os demais filhos não puderam mais visitá-la e há 03 meses A.C.F mudou o contato telefônico e não teve mais contato com os familiares. A filha informou que não pode trabalhar devido ao alto nível de dependência de sua genitora e que atualmente os custos de ambas são cobertos pelos rendimentos da idosa que somam um montante de R\$ 5.300,00. Antes de morar com a filha, M.R.C residia sozinha na cidade que os demais familiares moram atualmente e 03 vezes por semana uma diarista comparecia a sua residência para realizar as tarefas domésticas. Durante o atendimento verificou-se que os olhos da idosa estavam quebrados, roupas gastas e abaixo do peso, sua filha porém estava vestida adequadamente, respondia todas as perguntas, inclusive as direcionadas à idosa, que mostrava dificuldade em se comunicar. Tendo como referência o relato acima, está incorreto afirmar que:						





10 S						
------	--	--	--	--	--	--



Defensoria Pública do Estado do Maranhão

Marcelo relatou, durante seu atendimento com o Defensor Público, que, aos 12 (doze) anos de idade, seus genitores se separaram. Após a separação, seu pai ainda ia buscá-lo em fins de semana alternados para ficar com ele, mas, com o passar dos anos, isso deixou de acontecer. Até os 14 (quatorze) anos de idade, Marcelo diz que buscava manter uma relação com o genitor, entretanto, ele sempre recusava suas ligações ou o ignorava todas as vezes que o encontrava, como se fosse uma pessoa totalmente desconhecida. Apesar de todo o afastamento do pai, ele sempre pagou a pensão determinada





Defensoria Pública do Estado do Maranhão

pela justiça. Com 26 (vinte e seis) anos de idade, Marcelo diz fazer acompanhamento psicológico devido aos danos emocionais gerados pela relação com o genitor.

Sobre a situação acima o texto refere-se a:

	1	Alienação Parental
+	2	Abandono Afetivo
	3	Abandono Material
	4	Estresse Pós-traumático

11 S					
------	--	--	--	--	--

Rosa tem 75 anos e apresenta algumas limitações físicas, logo, precisa do auxílio de terceiros para se locomover. Ela mora com a sua filha, Maria, e os dois netos maiores de idade. Maria sai durante a semana para trabalhar e deixa a mãe aos cuidados dos netos na sua ausência. Eles passam a maior parte do tempo ao celular, ou assistindo tv, esquecendo-se de dar a medicação e alimentação no horário. Além disso, só realizam a higiene da avó quando se aproxima o horário de chegada da Maria. Quando são cobrados por Rosa (avó), costumam reagir com palavras ofensivas, xingamentos e até empurrões.

Com base nessa situação, assinale a opção correta no que se refere à violência contra o idoso.

	1	Por se tratar de conduta de violência intrafamiliar, a queixa só pode ser realizada na delegacia do idoso.
	2	Nessa situação, a suspeita de violência psicológica cabe somente a notificação como meio de prevenção.
	3	O preenchimento da ficha única de notificação é dispensável em situações de violência intrafamiliar.
+	4	Caso seja verificada a ocorrência de violência física, negligência e violência psicológica, os netos poderão sofrer pena de detenção.

12 S					
------	--	--	--	--	--

Sobre a Lei 10.216/2001, é correto afirmar:

	1	Todas estão incorretas
+	2	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental
	3	Ser tratada, exclusivamente, em serviços comunitários de saúde mental
	4	Foi promulgado no dia 18 de maio de 2001, em alusão ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial

13 S					
------	--	--	--	--	--

Durante o atendimento de Maria com o psicólogo no Núcleo de Defesa da Mulher e População LGBT da Defensoria Pública do Maranhão, esta declarou que seu cunhado, Mario, a destrata na frente dos vizinhos, a desvaloriza por conta de suas vestimentas, faz acusações mentirosas, bem como já a acusou de infidelidade para o namorado.

Acerca da narrativa acima, é correto afirmar que:

	1	A conduta do Mario não se aplica na lei Maria da Penha por ser cunhado da relatora.
	2	Por serem cunhados e morarem na mesma casa a medida protetiva é incabível.
+	3	O ato do cunhado consiste em uma conduta de violência moral contra Maria.
	4	As acusações feitas pelo Mario só se configura como desentendimento entre cunhados.

14 S					
------	--	--	--	--	--

ANULADA

Sobre a alienação parental é incorreto afirmar:

	1	Entre as medidas previstas para serem aplicadas pelo juiz, segundo a gravidade de cada caso, estão: advertência, ampliação do regime de convivência, multa, acompanhamento psicológico, fixação cautelar de domicílio, inversão da guarda e suspensão da autoridade parental.
	2	A Lei 12318/10 dispõe sobre a alienação parental, considerando-a uma forma de ferir o direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, eis que prejudica a realização do afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar, constituindo abuso moral contra a criança ou adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.
	3	Alienação parental é um termo criado na década de 80, pelo psiquiatra Dr. Richard Gardner.
+	4	É um tema desconhecido ao público em geral, devido sua baixa frequência.

15 S					
------	--	--	--	--	--

Paulo tinha uma união estável de 12 (doze) anos com Maria. Dessa relação, adveio um casal de filhos, com a idade de 08 (oito) e 06 (seis) anos. No entanto, há três meses, estão separados. Paulo declarou para o Defensor Público que, desde a separação, não consegue visitar os filhos, pois a mãe não permite, e as vezes em que aconteceu, notou as crianças distantes. Não aceitaram seu carinho, bem como, pediam para ficar com mãe. Ele revela que quando ainda morava com a Maria e os filhos, as crianças eram bem diferentes, alegando serem mais próximos dele do que da mãe. Portanto, Paulo solicita o direito de visita dos filhos, mas receia que a genitora esteja praticando alienação parental, apesar de desconhecer que os filhos sofram outro tipo de violência.

Em relação a situação descrita acima, Paulo foi encaminhado para ter o primeiro atendimento em qual Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Maranhão:

	1	Núcleo de atendimento Cível.
	2	Núcleo de atuação forense nas varas de família.
	3	Núcleo de defesa da Criança e do Adolescente.
+	4	Núcleo de atendimento a Família.

16 S					
------	--	--	--	--	--

Sobre o atendimento psicossocial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual na Defensoria Pública, é correto afirmar que:

+	1	Um ponto fundamental das intervenções da equipe, inclusive do psicólogo, é o encaminhamento monitorado das demandas das vítimas e familiares para a Rede de Atendimento, haja vista que a atuação do psicólogo na unidade judicial é claramente jurídica e não clínica.
	2	O setor de psicologia da Defensoria Pública é o responsável para conduzir o Depoimento Especial, também conhecido como Depoimento Sem Danos.
	3	Não é competência da Defensoria Pública atender essa demanda.





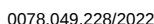
Defensoria Pública do Estado do Maranhão

	4	São atendimentos simples, especialmente os casos infrafamiliar, pois já é um assunto amplamente abordado, e os fatos são sempre
--	---	---





ASSINADO DIGITALMENTE POR ALBERTO PESSOA BASTOS EM 30/05/2022 10:39:08
PARA VALIDAR ESTE DOCUMENTO ACESSAR: <https://defensoria.ma.def.br/quaralvalidar> CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 538cbd48-8f61-4bf6-9c4e-7931b14af48ec.





Defensoria Pública do Estado do Maranhão

ANEXO II

RECURSOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS

RAFAEL DA SILVA LEITE	INDEFERIDO
JOSÉ LEANDRO DE SOUZA NETO	INDEFERIDO
RAQUEL SANTOS WANDERLEY	DEFERIDO
FELIPE DO VALE NUNES	INDEFERIDO





ANEXO III

ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA DISSERTATIVA

Enunciado da questão: Na sua atuação cível e coletiva, a Defensoria Pública se destaca como Instituição fundamental na garantia de fomento e implementação de políticas públicas em favor da defesa dos grupos mais vulneráveis. Nesse sentido, desenvolva o tema, atentando para os seguintes aspectos: a) legitimidade da Defensoria Pública na defesa de Direitos Difusos e Coletivos; b) Instrumentos de atuação da Defensoria na defesa de Direitos Difusos e Coletivos; c) Instrumentos legais e jurisprudência do STF e STJ; d) Atuação como *custus vulnerabilis*.

Espelho de correção:

Uso correto do vernáculo, concatenação de ideias, coesão e coerência na escrita.
O/a candidato/a deve informar de maneira fundamentada, que a Defensoria Pública tem legitimidade para a defesa de direitos difusos e coletivos, estabelecendo uma correta relação entre essa legitimidade e o papel constitucional da instituição.
A legitimidade da DP na atuação coletiva está disposta no art. 134 da CF, com redação trazida pela EC 80 de 2014. A LC 90/84 traz, entre as funções institucionais, a previsão do manejo da ação civil pública e de todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos (artigo 4º, VII). As Leis 7.347/85 (artigo 2º) e 13.300/2016 (artigo 12, IV), que tratam das ações civis públicas e dos mandados de injunção, respectivamente, trouxeram dispositivos que preveem literalmente a legitimidade institucional. O/a candidato/a também deve sustentar, a partir da integração de normas do microsistema processual coletivo, a legitimidade para ajuizar outros instrumentos processuais, como Habeas Corpus coletivo.
O/a candidato/a deve mencionar que o STF firmou posição de que a defensoria pública detém legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública para a tutela de direitos individuais homogêneos por ser instituição essencial à função jurisdicional e ao acesso à justiça. Inexistência de exclusividade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública (ADI 3943, Relator(a): Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 07/05/2015, Acórdão Eletrônico DJe-154 DIVULG 05-08-2015 PUBLIC 06-08-2015 RTJ VOL-00236-01 PP-00009).
O/a candidato/a deve mencionar que o STJ firmou entendimento que a Defensoria Pública tem pertinência subjetiva para ajuizar ações coletivas em defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, sendo que no tocante aos difusos, sua legitimidade será ampla (basta que possa beneficiar grupo de pessoas necessitadas), haja vista que o direito tutelado é pertencente a pessoas indeterminadas. No entanto, em se tratando de interesses coletivos em sentido estrito ou individuais homogêneos, diante de grupos determinados de lesados, a legitimação deverá ser restrita às pessoas notadamente necessitadas” (REsp 1192577/RS)
Custos vulnerabilis é a possibilidade de termos a atuação da Defensoria em processos em defesa de algum grupo vulnerabilizado ou mesmo em caso que gerará precedentes para os direitos da coletividade desses grupos. Ocorre em uma ação popular ajuizada por um cidadão vulnerável, representado por seu advogado, em reforço à salvaguarda dos direitos do grupo vulnerabilizado; ou no julgamento de recursos repetitivos, capazes, portanto, de gerar precedentes que repercutirão na esfera de direitos da coletividade, em razão da vulnerabilidade do grupo, como ocorreu no Recurso Especial 1.712.163/SP De acordo com a decisão do STJ, no julgado citado acima (REsp 1.712.163/SP): “Admite-se a intervenção da Defensoria Pública da União no feito como <i>custos</i>





Defensoria Pública do Estado do Maranhão

vulnerabilis nas hipóteses em que há formação de precedentes em favor dos vulneráveis e dos direitos humanos.”

